

A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1889-1910)

The health on law sanitary collection in São Paulo State

Ana Maria da Cunha¹

Introdução

A relação apresentada é resultado de uma pesquisa que tem por objetivo levantar a Legislação em Saúde (Leis, Decretos, Decretos-Leis, Circulares e Resoluções), do período compreendido desde a Proclamação da República até os dias atuais, nos volumes da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Visa organizar para consulta pública, um banco de dados com o foco nas questões da saúde, fonte fundamental para subsidiar estudos e ações de gestores e pesquisadores.

Esse levantamento foi iniciado há oito anos, e encontra-se ainda em andamento, tendo sido completado o período de 1889 a 1974. Privilegiou a pesquisa sistemática, volume por volume, ano a ano, da Legislação, entendendo-se a Saúde no seu sentido amplo, ou seja, inclui os principais subsistemas que fazem interface com o Sistema de Saúde. Abrange assim um grande leque temático, como Saúde Pública, orçamentos e medidas de caráter financeiro, capacidade instalada, prevenção e controle das doenças, saneamento, recursos humanos, dotações para entidades privadas, higiene escolar, saúde nos asilos e presídios, meio ambiente, entre outros.

Os dados levantados (ementa, número e data) foram relacionados com a legislação xerocopiada, formando um acervo de apro-

¹ Socióloga, exercendo suas funções no Centro de Memória da Saúde Pública, Museu da Saúde Pública Emílio Ribas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

ximadamente 8 metros lineares (57 caixas de arquivo), que recentemente começou a ser organizado em banco de dados eletrônico. Completa o trabalho o comentário sobre a legislação da Saúde feito por estudiosos, como Rodolfo Mascarenhas.

A relação apresentada refere-se ao período entre 1889 (quando da organização da administração republicana) e 1910 (data em que foi reorganizada a Secretaria do Interior).

No próximo número da revista, será apresentada a continuidade do trabalho, com a legislação referente ao período 1910 a 1931, ano em que foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública.

Palavras Chave: Legislação Sanitária, Saúde Pública, Documentação e Arquivos.

Key Words: Sanitary Legislation, Public Health, Documentation and Archives.

Dispositivo Legal	Ementa
Resolução 45 de 14/04/1890	Declarando que continuam suspensos na Comarca de Campinas os trabalhos do foro (por epidemia).
Decreto 50 de 28/04/1890	Referente ao orçamento dos anos 1890-1891.
Regulamento de 18/07/1890	Regulamento da Farmácia do Estado de São Paulo.
Decreto 99 de 27/11/1890	Altera algumas disposições da Lei Provincial n. 195 de 05/06/1889.
Decreto 99 de 27/11/1890	Institui a canalização da Cia. Cantareira de esgotos.
Decreto 104 de 15/12/1890	Convoca o primeiro Congresso do Estado de São Paulo e Publica a sua Constituição.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 115 de 31/12/1890	Retifica o Decreto n. 104 de 15 do corrente, que convocou o primeiro Congresso do Estado de São Paulo e publicou a sua Constituição.
Decreto 119 de 12//01/1891	Aumenta a gratificação dos médicos da Polícia.
Decreto 150 de 07/04/1891	Cria o lugar de médico da Companhia de Bombeiros.
Decreto 162 de 28/04/1891	Cria o Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Decreto 176 de 06/05/1891	Aumenta os vencimentos dos empregados da Secretaria do Governo, do Tesouro do Estado, da Diretoria da Instituição Pública, do Hospício de Alienados e da Penitenciária da Capital.
Decreto 210 de 26/06/1891	Manda vigorar, mediante aprovação do Congresso do Estado, no 1º semestre de 1891-92 todas as disposições do Decreto nº50 de 28/04/1890, etc.
Lei 9 de 22/10/1891	Fixa as divisas entre os municípios de Atibaia e Juqueri.
Lei 10 de 26/10/1891	Cria um necrotério na Capital do Estado.
Lei 12 de 28/10/1891	Organizando o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.
Lei 13 de 07/11/1891	Torna obrigatória a vacinação e revacinação em todo o Estado.
Lei 15 de 11/11/1891	Orça a receita e despesa do Estado para o Exercício de 1892. Referente ao orçamento de 1892 - Verbas destinadas ao Hospital de Alienados.
Lei 16 de 13/11/1891	Organiza os municípios do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 19 de 24/11/1891	Criando uma academia de medicina, cirurgia e farmácia na Capital do Estado.
Decreto 27A de 29/02/1892	Abre no Tesouro um crédito de 2:000\$000 para ocorrer ao pagamento de despesas com a epidemia de febre amarela na vila de Dois Córregos.
Decreto 28 de 01/03/1892	Organiza as Secretarias do Interior, da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criadas pela Lei 15 de 11/11/1891.
Decreto 29 A de 04/03/1892	Abre no Tesouro um Crédito de 25:000\$000, para ocorrer ao pagamento de despesas com a epidemia reinante na cidade de Campinas.
Decreto 29 B de 05/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 1:000\$000, para ocorrer às despesas com a epidemia de varíola no município de Vila Bela.
Decreto 29 C de 08/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 2:000\$000 para ocorrer as despesas com o tratamento de indigentes atacados de varíola em Ribeirão Preto.
Decreto 29 D de 08/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 3:000\$000 para pagamento de ajuda custo a doze estudantes de medicina, que seguem com destino a varias localidades do Estado, onde reina epidemia, a serviço sanitário.
Decreto 29 E de 09/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 1:000\$000 para pagamento de ajuda de custo a cinco estudantes de medicina, que seguem com destino a várias localidades do Estado, onde reinam epidemias, a serviço sanitário.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 30 de 10/03/1892	Cria a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado.
Decreto 30A de 10/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 5:000\$000 para ocorrer ao pagamento de despesas com o tratamento de indigentes atacados pela epidemia na cidade do Jaú.
Decreto 33 de 15/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 25:000\$000, a fim de ocorrer às despesas com epidemia em Santos.
Decreto 34A de 15/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 1:500\$000 para ocorrer às despesas de viagem e transportes dos cidadãos dr. Pedro Moreira, José Justino Pereira, Francisco Blengini e José Pereira Borges, que seguem para Iguape e Xiririca, a serviço sanitário.
Decreto 35 de 16/03/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 1:200\$000 na verba “Socorros Públicos”.
Decreto 36 de 16/03/1892	Abre no Tesouro do Estado Um crédito de 11:601\$467 para unido de 15:000\$000, ocorrer às despesas com a epidemia de febre amarela, na cidade de Rio Claro.
Decreto 44 de 30/03/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário da importância 6:788\$641 para pagamento de obras no prédio onde funciona a Farmácia do Estado.
Decreto 45 de 30/03/1892	Autoriza o Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda a fazer o pagamento da quantia de cento e três contos trezentos e treze mil novecentos e vinte e cinco réis, de exercícios fundos à Companhia Cantareira e Esgotos.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 53 de 25/04/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar.
Decreto 56A de 30/04/1892	Cria uma comissão de engenheiros para o saneamento do Estado de São Paulo.
Decreto 58 de 02/05/1892	Baixa o primeiro regulamento da Secretaria do Interior.
Decreto 64 de 23/05/1892	Cria uma comissão incumbida de verificar as condições higiênicas dos prédios das cidades do Estado.
Decreto 65 de 24/05/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 500:000\$000, para promover a execução de medidas urgentes e necessárias a evitarem-se as epidemias futuras e a organização do serviço de assistência pública.
Decreto 69 de 28/05/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário de 500:000\$000 a Secretaria da Agricultura para ser empregado na execução das obras mais urgentes de desenvolvimento da rede de esgotos e abastecimentos de água da Capital.
Lei 34 de 25/06/1892	Autoriza o Governo do Estado a escolher os pontos mais convenientes para a construção de Asilos Agrícolas de Alienados, a que se refere a Lei do orçamento vigente.
Lei 35 de 28/06/1892	Autoriza o Governo a despender a soma necessária para o saneamento de Santos, São Paulo e outras localidades do Estado, podendo para esse fim empregar os saldos recolhidos ao Tesouro.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 37 de 01/07/1892	Restringe a Lei sobre obrigatoriedade da vacinação e revacinação no Estado de São Paulo, de conformidade com a Lei n. 13, de 07 de novembro de 1891.
Lei 43 de 18/07/1892	Organiza Regulamenta o Serviço. Sanitário do Estado.
Lei 47 de 22/07/1892	Determinando as divisas entre os municípios de Juqueri e Nazareth.
Lei 49 de 27/07/1892	Aumentando os vencimentos dos médicos do Hospício de Alienados dessa Capital.
Lei 50 de 30/07/1892	Autoriza o Governo a despender até a quantia de 200.000\$000 na construção de fornos crematórios nas cidades de São Paulo, Santos e Campinas.
Lei 62 de 17/08/1892	Autoriza o Governo a rescindir o contrato com a Companhia Cantareira e Esgotos.
Lei 87 de 29/07/1892	Regulamenta a Lei n. 43 de 18/07/1892, que organiza o Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 88 de 06/08/1892	Declara de utilidade pública os terrenos pertencentes a Luiz Nuno Bellegarde necessários para a passagem dos condutores de água do Cassununga ao Vale do Barro Branco.
Decreto 89 de 13/08/1892	Abre à Secretaria da Agricultura o crédito extraordinário de 400:000\$000 para aquisição de material urgentíssimo necessários ao desenvolvimento ao abastecimento de água da Capital.
Resolução 71 de 19/08/1892	Aprovará o Decreto n.69 de 28/05/1892 que abriu à Secretaria da Agricultura um crédito de 500:000\$000 para as obras mais urgentes de desenvolvimento da rede de esgotos e abastecimento da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 92 de 20/08/1892	Rescinde e declara de nenhum efeito o contrato de 29/11/1890, celebrado com a Companhia Cantareira e Esgotos.
Decreto 93 de 20/08/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar de 400:000\$000 na verba - socorros públicos.
Decreto 94 de 20/08/1892	Cria um Instituto Vacinatório.
Decreto 95 de 20/08/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 70:000\$000, destinado à montagem e custeio de um Instituto Vacinogênico.
Decreto 96 de 20/08/1892	Declara de utilidade pública o terreno situado à Rua Pires da Motta, esquina da Rua Mazzini, do bairro do Cambuci, para ser desapropriado, a fim de estabelecer-se o Instituto Vacinogênico.
Decreto 97 de 20/08/1892	Abre no Tesouro do Estado mais um crédito de 50:000\$000 para o fim de se proceder a continuação dos estudos preliminares indispensáveis à organização de um plano de saneamento de Santos e da Capital.
Decreto 99 de 22/08/1892	Suspende como não existentes e nenhuma, todas as loterias concedidas a matrizes ou igrejas, e determina que, no corrente ano, sejam extraídas as loterias que vão declaradas.
Lei 97A de 21/09/1892	Organiza a Força Pública do Estado para o ano de 1893.
Lei 118 de 03/10/1892	Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1893.
Decreto 118 de 17/10/1892	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito extraordinário da importância de Lbs 20.000-0-0, para a aquisição de materiais para as obras de desenvolvimento do serviço de águas e esgotos desta Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 120 de 29/10/1892	Abre à Secretaria do Interior um crédito de 500:000\$000, no Tesouro do Estado, destinado à construção de hospitais de isolamento em diversas localidades, bem como de um desinfectório central e pavilhão para isolamento, anexo ao Hospital de Variolosos da Capital.
Decreto 122 de 05/11/1892	Abre à Secretaria do Interior, no Tesouro do Estado, um crédito suplementar de 210:00\$000 à verba consignada no § 9º do art. 2º da Lei n. 15 de 11/11/1891, para ocorrer às despesas a fazerem-se até 31 de Dezembro com a repartição de Higiene.
Decreto 129 de 18/11/1892	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito extraordinário de 500:000\$000 para ocorrer as despesas com serviço de desenvolvimento de águas e esgotos da Capital.
Decreto 140 de 26/12/1892	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito de 6 829:546\$663, para a encampação da Companhia Cantareira de Esgotos.
Decreto 141 de 29/12/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário de 1.000:000\$000, para a construção de um asilo agrícola de alienados nesta Capital.
Decreto 147 de 10/01/1893	Abre um crédito especial de 1.000:000\$ à Secretaria da Agricultura, para continuação das obras de saneamento do Estado.
Decreto 149 de 28/01/1893	Marca a ordem em que devem ser extraídas as loterias cuja execução foi determinada por Decreto n.99 de 22/08/1892, continuando em vigor os planos aprovados por Decreto n.98, da mesma data.
Decreto 150 de 30/01/1893	Aprova o regulamento para as condições gerais, especificações e tabela de preços, pelas quais se têm de regular os trabalhos que se hão de executar pela Comissão do Saneamento do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 151 de 30/01/1893	Modifica a tabela de vencimentos do pessoal da Comissão de Saneamento do Estado, aprovada pelo Decreto n. 56 A de 30/04/1892.
Decreto 152A de 31/01/1893	Cria as repartições dos serviços de águas e esgotos e da arrecadação das taxas de água da Capital.
Decreto 153 de 06/02/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 5:000\$000, para continuação dos serviços de desenvolvimento do abastecimento de água e de esgoto da Capital.
Decreto 154 de 08/02/1893	Cria e organiza a repartição dos serviços técnicos de águas e esgotos da Capital.
Decreto 157 de 28/02/1893	Dá o Regulamento do Laboratório Farmacêutico do Estado, subordinando-o diretamente ao Secretario do Interior e lhe dá várias finalidades.
Decreto 158 de 28/02/1893	Dá o Regulamento do Laboratório de Bacteriologia do Estado.
Decreto 159 de 28/02/1893	Dá regulamento para o Laboratório de Análises Químicas.
Decreto 159A de 28/02/1893	Cria a repartição Fiscal do serviço de águas da Capital.
Decreto 164 de 17/03/1893	Revoga o Decreto 136 de 17/12/1892, que declarou de utilidade pública o terreno contíguo ao Hospital de Isolamento na cidade de Santos, para ser desapropriado, a fim de se estabelecer um cemitério anexo ao mesmo hospital.
Decreto 165 de 17/03/1893	Declara de utilidade pública os terrenos do sítio do Paecará, na cidade de Santos, de Júlio Bakheuser e outros, para serem desapropriados, a fim de se construir um cemitério para contagiados e dependências do Hospital de Variolosos.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 166 de 28/03/1893	Declara de utilidade pública, para desapropriação, um terreno com as benfeitorias neles existentes pertencente a Joaquim G. Moreira, no Bom Retiro, necessários aos serviços a cargo da comissão de Saneamento do Estado.
Resolução 123 de 26/04/1893	Aprova o Decreto 80 de 16/07/1892 que abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 500:000\$000, para a execução das obras de saneamento do Estado.
Lei 124 de 26/04/1893	Dispensa do pagamento de impostos estaduais o Asilo de órfãos de Campinas e o Hospital de Morféticos da mesma cidade.
Resolução 147 de 19/06/1893	Aprova o Decreto do Governo n. 147 de 10/01/1893, que abriu à Secretaria da Agricultura o crédito de 1.000:000\$000 para as obras de saneamento do Estado.
Decreto 190 de 02/08/1893	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria do Interior, um crédito especial de 400:000\$000 para ocorrer às despesas com saneamento da cidade de Santos.
Lei 240 de 04/09/1893	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.
Lei 177 de 14/08/1893	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 1.889:800\$000 para execução das obras de saneamento do Estado.
Lei 189 de 23/08/1893	Autoriza o Governo a mandar construir, anexas ao quartel da Luz, as dependências necessárias para o Hospital da Força Pública, abrindo o crédito de 130.000\$000 para ocorrer as respectivas despesas.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 194 de 14/08/1893	Modifica organização da 1º divisão auxiliar e extingue a 3º da repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgotos da Capital, criada pelo Decreto n.154 de 08/02/1893 e dá outras providências.
Decreto 195 de 18/08/1893	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos do sitio C. Redondo, na Serra da Cantareira e Companhia territorial necessários para as obras de desenvolvimento ao abastecimento de água da Capital.
Decreto 197 de 23/08/1893	Revoga o Decreto n.165 de 17/03/1893 que declarou de utilidade pública os terrenos do sítio do Paecará, em Santos, de propriedade de Júlio Bakheuser e outros, para serem desapropriados a fim de se construir um cemitério para contagiados e dependências do Hospital de Variolosos.
Lei 195 de 28/08/1893	Cria mais um lugar de médico no Hospício de Alienados e aumenta os vencimentos do Diretor e do Escrivão do mesmo estabelecimento..
Lei 206 de 30/08/1893	Concede licença a práticos para abrirem farmácias nas localidades do interior do Estado, onde não houver farmacêuticos diplomados.
Lei 235 de 04/09/1893	Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1894.
Lei 240 de 04/09/1893	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.
Decreto 204A de 12/09/1893	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos da bacia do ribeirão do Ipiranga necessárias para o desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 207 de 18/09/1893	Reúne em uma só divisão as terceiras e quartas divisões auxiliares da Repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgotos da Capital e dá outras providências.
Decreto 209 de 28/09/1893	Abre à Secretaria de Agricultura um crédito especial de 800\$000, para despesas com obras de saneamento do Estado.
Decreto 213 de 03/11/1893	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, os terrenos próximos ao Largo do Arouche, nesta Capital, precisos para as obras complementares dos esgotos dos bairros de Santa Cecília e Campos Elíseos.
Lei 239 de 4/09/1893	Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1894.
Decreto 214 de 04/11/1893	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos na Serra da Cantareira, necessários para o aumento dos mananciais do abastecimento de água da Capital.
Decreto 215 de 07/11/1893	Abre a Secretaria da Agricultura um crédito especial de 214:549\$663 para pagamento à Companhia Cantareira do restante do preço arbitrado pela respectiva encampação.
Decreto 239 de 04/11/1893	Orçamento de 1894.
Decreto 219 de 30/11/1893	Aprova o regulamento para o serviço geral de desinfecções.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 220 de 02/12/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 1.089:800\$000 para ocorrer as despesas com as obras de saneamento do Estado.
Decreto 221 de 02/12/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 2.000:000\$000 para continuação de desenvolvimento do abastecimento de água e esgotos da Capital.
Decreto 225 de 28 /12/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito de 130:000\$000 para a construção, no quartel da Luz, das dependências precisas para o hospital da Força Pública.
Decreto 232A de 01/03/1894	Transfere saldos das verbas em que houve sobra, para outras em que houve déficit: abre um crédito especial de 61:889\$924 para saldar a despesa com a organização do serviço de assistência pública, no exercício de 1893 e passa para i exercício de 1894o saldo dos créditos abertos para o exercício de 1893.
Decreto 233 de 02/03/1894	Estabelece o Código Sanitário.
Decreto 234 de 03/03/1894	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 600:000\$000 para continuação das obras de saneamento do Estado.
Lei 270 de 01/06/1894	Equipara os vencimentos do médico da penitenciária aos dos médicos do Hospital de Alienados.
Lei 282 de 05/07/1894	Autoriza a abertura de créditos especiais á Secretaria da Agricultura, até a quantia de 6.531:623\$890, para ocorrer aos serviços de saneamento, água e esgotos da Capital e ao pagamento de obras autorizadas em exercícios anteriores.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 299 de 21/07/1894	Aumenta os vencimentos dos médicos da repartição Central da Polícia
Lei 310 de 24/07/1894	Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1895.
Decreto 248 de 26/07/1894	Aprova o regimento interno das escolas públicas, organizado pelo conselho Superior, de acordo com o art. 17 §1º do citado regulamento e assinado pelo Dr.Secretário dos Negócios do Interior.
Decreto 250 de 28/07/1894	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar para o pagamento do acréscimo dos vencimentos do médico da Penitenciária.
Decreto 257 de 10/09/1894	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado um terreno necessário para o fecho da quadra destinada à construção do Hospital Militar.
Decreto 266 de 31/10/1894	Dá regulamento para os Hospitais de Isolamento.
Decreto 17/11/1894	Dá regulamento para o Laboratório de Análises Químicas
Lei 320 de 12/06/1895	Autoriza o Governo a abrir um crédito suplementar de 2.500:000\$000, no corrente exercício, à Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para continuação das obras de desenvolvimento de abastecimento de água a rede de esgotos da Capital.
Lei 335 de 22/07/1895	Concede o prazo de dois anos para serem extraídas as loterias já autorizadas.
Lei 345 de 13/08/1895	Autoriza o Governo a criar um “Instituto Pasteur” e um Instituto para o tratamento da difteria pelo processo de Roux.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 311 de 20/09/1895	Dá regulamento ao serviço de loterias no Estado de São Paulo.
Lei 380 de 23/09/1895	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1896.
Decreto 313 de 26/09/1895	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar de 1.000:000\$000, para aquisição do material preciso para canalização de águas e esgotos nas cidades do interior.
Decreto 337 de 17/02/1896	Declara de utilidade pública os terrenos pertencentes ao Banco União e Dr. Ramos de Azevedo, situados nas Ruas Pires da Mota e Oliveira, nesta Capital, para serem desapropriados com destino à construção do Instituto Pasteur e Roux.
Decreto 338 de 29/02/1896	Transfere saldos das verbas em que houve sobra, para outras em que houve déficit: abre um crédito na importância de 1.327:297\$440 e transporta para o exercício de 1896 os saldos dos créditos especiais pertencentes ao exercício de 1895.
Decreto 346 de 25/03/1896	Dá regulamento para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 348 de 06/04/1896	Dá regulamento à Força Pública do Estado.
Decreto 349 de 06/04/1896	Dá regulamento ao Hospital da Força Pública do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 388 de 17/06/1896	Eleva a 6:000\$000 réis anuais os vencimentos do médico da Agência Oficial de Imigração, em Santos..
Lei 391 de 17/06/1896	Autoriza o Governo a abrir, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 7.196:280\$868 (para ocorrer as obras de abastecimento de água às localidades do interior do Estado.)
Lei 394 de 17/06/1896	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura um crédito de 2.500:000\$000 (para ocorrer, no atual exercício, às despesas com desenvolvimento e custeio do abastecimento de água e da rede de esgotos da Capital).
Lei 395 de 17/06/1896	Autoriza o Governo em favor abrir à Secretaria da Agricultura, um crédito 9.000:000\$000 (para o corrente exercício, ocorrer as despesas com as obras do saneamento da Capital, Santos e Campinas.)
Decreto 366 de 27/07/1896	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar de 7.196:280\$868 para ocorrer as despesas com as obras de abastecimento de água às localidades do interior do Estado.
Decreto 368 de 27/06/1896	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar da quantia de 2.500:000\$000, para ocorrer no atual exercício, às despesas com o desenvolvimento e custeio de abastecimento de água e da rede de esgotos da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 369 de 27/06/1896	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar da importância de 9.000:000\$000, para, no corrente exercício, ocorrer às despesas com as obras de saneamento da Capital, Santos e Campinas.
Decreto 376 de 21/07/1896	Dá regulamento a Hospedaria de Imigrantes da Capital.
Lei 418 de 24/06/1896	Autoriza a organização de uma Repartição especial que se incumba de fiscalização das estradas de ferro e dos serviços de outras empresas, sujeitas à sua inspeção, e a reorganização da Superintendência de Obras Públicas, da Repartição Técnica de Águas e Esgotos da Capital e da Comissão de Saneamento do Estado.
Lei 421 de 27/07/1896	Autoriza o Governo a promover a execução das obras necessárias ao saneamento da Capital, Santos, Campinas e demais localidades do Estado, que tiverem sido acometidas pela epidemia, e bem assim daquelas em que, por sua proximidade de pontos afetados, ou pela densidade de sua população, devem ser realizadas tais obras.
Lei 427 de 31/07/1896	Sobre o pessoal do Hospício dos Alienados compõem-se de um escrivão e dois médicos.
Lei 430 de 01/08/1896	Suprime o cargo de diretor geral da instrução pública e a respectiva secretaria e autoriza o Governo a reformar a secretaria do Interior

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 432 de 03/08/1896	Reorganiza o Serviço Sanitário.
Lei 439 de 05/08/1896	Eleva a 1:440\$000 anuais os vencimentos do enfermeiro e a 1:200\$000 anuais os de ajudantes empregados na enfermaria da Penitenciária do Estado.
Decreto 384 de 09/09/1896	Cria uma comissão encarregada das obras de saneamento do Estado e dá outras providências.
Decreto 388 de 18/09/1896	Providencia sobre a organização do pessoal para execução das obras de saneamento da Capital.
Decreto 389 de 18/09/1896	Reorganiza a Superintendência de Obras Públicas.
Decreto 392 de 03/10/1896	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno necessário para o serviço do Tramway da Cantareira, compreendido entre a linha do referido Tramway e a estrada pública, nas imediações da estação do Tremembé.
Decreto 193 de 03/10/1896	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno necessário para canalização do rio Tietê, no lugar denominado Osasco onde está situada a estação do mesmo nome.
Decreto 394 de 07/10/1896	Aprova o Regulamento do Serviço Sanitário.
Decreto 395 de 07/10/1896	Dá regulamento à repartição de polícia do Estado.
Decreto 400 de 06/11/1896	Aprova o Regimento interno das escolas complementares do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 406 de 18/11/1896	Declara de utilidade pública para a desapropriação os terrenos pertencendo ao cidadão João B.dos Santos, precisos para canalização de água para o abastecimento da cidade de Guaratinguetá, compreendendo a área total de 1.431.784,5 metros quadrados ou 56 alqueires e 16 centímetros.
Decreto 410 de 26/11/1896	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área 3.744 metros quadrados pertencentes a Eduardo M. Morante e a sua mulher D. Emilia M. Monteiro e 5040 metros quadrados pertencentes ao major Manoel A. de Mattos e sua mulher Fausta de A. Mattos, precisos para construção de dois reservatórios para o abastecimento de água da cidade de São Carlos do Pinhal.
Decreto 412 de 02/12/1896	Aprova o regulamento dos hospitais de isolamento do Estado.
Decreto 413 de 10/12/1896	Fixa os meses da reunião do júri nas comarcas do Estado, com exceção da Capital, Santos e Campinas, para regularizar-se a substituição dos juízes de direito.
Lei 471 de 22/12/1896	Reforma a secretaria da agricultura, comércio e obras públicas.
Lei 490 de 29/12/1896	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1897.
Decreto 420 de 05/01/1897	Dá regulamento à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 424 de 16/01/1897	Reorganiza a repartição fiscal de Águas da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 425 de 27/01/1897	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos necessários para o abastecimento de água à cidade de Jaú.
Decreto 437 de 20/03/1897	Dá regulamento à Brigada Policial do Estado.
Decreto 440 de 22/03/1897	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos ao Sul dos Outeirinhos em Santos, pertencentes a diversos e necessários para construção da casa de máquinas e forno de incineração do lixo.
Decreto 444 de 03/04/1897	Dá regulamento sobre a renda neste Estado de bilhetes de loterias dos outros Estados da União.
Decreto 448 de 10/04/1897	Transfere saldo das verbas em que houve sobra para as outras em que houve déficit, na secretaria do Interior, transfere para o exercício 1897, a saldos dos créditos especiais abertos no exercício de 1896 e abre crédito suplementar para saldar o déficit em diversas rubricas da secretaria do Interior no exercício de 1896.
Decreto 449 de 12/04/1897	Declara de utilidade pública para ser desapropriado o terreno necessário para estufa e suas dependências do depósito sanitário na cidade de São Carlos do Pinhal.
Decreto 450 de 12/04/1897	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados, os terrenos nas cabeceiras de Cachoeirinhas da cidade de Rio Claro e necessários abastecimento de água àquela cidade.
Lei 495 de 30/04/1897	Regula a concessão de licenças aos funcionários públicos ou empregados. Nenhuma licença será concedida senão por motivo de moléstia que impossibilite do exercício do cargo, ou a qualquer motivo atendível a juízo do Governo.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 459 de 21/06/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área 1.497.800 metros quadrados pertencentes aos cidadãos Antonio G. de França Guimarães e Manoel B. de Freitas, precisos para a execução de abastecimento de água na cidade de Lorena.
Decreto 460 de 05/07/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área total 2.478.439 metros quadrados pertencentes aos cidadãos José Prado, herdeiros de José da Cruz Pereira, Estanislau de Queiroz e Joaquim Gonçalves, precisos para a captação e utilização das águas baixas do Engordador, na Serra da Cantareira.
Decreto 467 de 29/07/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área de 2.12.434 metros quadrados 90 ou 83 alqueires, 443 pertencentes aos herdeiros de Joaquim Pinheiro e ao Dr. Basílio Machado, precisos para a captação do córrego do Pinheirinho na Serra da Cantareira.
Decreto 468, de 07/08/1897	Modifica parte do Decreto 460 de 05/07/1897 que declarou de utilidade pública para serem desapropriados pelo Estado terrenos necessários para a captação e utilização das águas baixas do Engordador na Serra da Cantareira.
Lei 517 de 17/08/1897	Autoriza a abertura de créditos suplementares à Secretaria da Agricultura.
Decreto 473 de 24/08/1897	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar de 2.801:207\$720 à verba de saneamento de Santos, Campinas e Interior do Estado, do orçamento vigente.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 523 de 30/08/1897	Fixa a despesa e orça a receita para (o ano financeiro de 1° de Janeiro a 31 de Dezembro de) 1898.
Decreto 476 de 31/08/1897	Declara de utilidade pública terrenos preciso para o reservatório do Cambuci.
Decreto 479 de 17/09/1897	Declara de utilidade pública para a desapropriação os terrenos com a área de 111.320 metros quadrados ou 4 alqueires 6 pertencentes aos cidadãos Manuel B. Campos, Joaquim B. Campo e d. Francisca B. Campos, precisos para a execução do serviço de abastecimento de água à cidade de Pirassuninga.
Decreto 487 de 05/10/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área de 5 alqueires. 214 pertencentes ao Dr. Francisco R. Jordão e precisos para a execução do serviço de abastecimento de água à cidade de Limeira.
Decreto 491 de 22 de 10/1897	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos com área de 72.710 metros quadrados, pertencentes ao cidadão Bartholomeu R. Funchal e precisos para abertura do canal de retificação do rio Tietê e instalação das máquinas à elevação dos materiais de esgotos.
Decreto 500 de 18/11 de 1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área de 5.554.913 metros quadrados pertencentes a diversos, precisos para a execução do serviço de abastecimento de água na cidade de São Carlos do Pinhal.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 501 de 26/11/1897	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos com a área de 163 metros quadrados ocupados pelo cidadão Joaquim F. de Carvalho e necessários para a abertura de um trecho de canal no rio Tietê.
Decreto 506 de 21/12/1897	Aprova, com restrições, as plantas apresentadas pela City de Santos Improvements Company Limited, para o novo abastecimento e distribuição de água à cidade de Santos.
Decreto 538 de 28/04/1898	Transfere saldos das verbas em houver sobra para as outras em que houver difícil, abre um crédito suplementar de 1.454:751\$723 e transporta para o exercício de 1898 os saldos dos créditos especiais pertencentes ao exercício de 1897.
Decreto 548 de 18/04/1898	Desanexa da Superintendência de Obras Públicas as obras de saneamento da Capital.
Decreto 551 de 23/04/1898	Aprova com restrição a planta apresentada pela “City of Santos Improvements Company”, para execução do novo reservatório de abastecimento de água de Santos, constantes do parecer da Comissão de Saneamento do Estado.
Decreto 566 de 09/06/1898	Desanexa da Superintendência de Obras Públicas o serviço de conservação e custeio do abastecimento de água e rede de esgotos da Capital e do Tramway da Cantareira.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 565 de 09/06/1898	Dissolve a comissão encarregada dos serviços de saneamento básico do Estado.
Decreto 566 de 09/06/1898	Desanexa da Superintendência de Obras Públicas o serviço de conservação e custeio do abastecimento de água da rede de esgotos da Capital e do Tramway da Cantareira.
Decreto 567 de 09/06/1898	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos precisos para captação das águas do Cambussú, na Serra da Cantareira, nesta Capital.
Lei 563 de 20/06/1898	Autoriza a abertura de crédito suplementar à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Lei 546 de 02/08/1898	Declara nulo e de nenhum efeito o ato da Câmara Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, que proibiu a entrada de gêneros, bagagens e mercadorias provenientes de localidades infeccionadas.
Lei 557 de 18/08/1898	Aprova os Decretos ns. 565 e 566, de 9 de junho de 1898, que dissolveram a comissão de Saneamento do Estado e desanexaram da Superintendência de Obras Públicas diversos serviços.
Decreto 583 de 25/08/1898	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, os terrenos necessários à captação do manancial que abastece de água potável à seção agrícola do Asilo de Alienados em Juqueri.
Lei 594 de 05/09/1898	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1899.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 631A de 31/12/1898	Dá organização à Colônia de Alienados do Juqueri.
Decreto 636 de 21/01/1899	Suprime o cargo de almoxarife do Hospital de Isolamento da Capital.
Decreto 660A de 25/04/1899	Abre um crédito suplementar de 841:929\$047 para saldar o difícil verificado do exercício de 1898 e transfere os saldos das verbas em que houve sobra para outras em que houve déficit
Decreto 680 de 02/06/1899	Suprime o lugar de médico da Colônia Sucursal de Alienados em Juqueri.
Decreto 681 de 28/06/1899	Suprime o lugar de veterinário do Instituto Vacinogênico.
Lei 662 de 06/09/1899	Desmembra do município de Juqueri e anexa ao da Capital a fazenda Crissiuma e o Hospício de Alienados.
Lei 665 de 06/09/1899	Concede regalias à Escola Livre de Farmácia desta Capital.
Lei 669 de 09/09/1899	Eleva os vencimentos dos médicos do Hospício de Alienados e dos diretores da Escola Normal, Ginásio da Capital e Hospedaria dos Imigrantes.
Lei 673 de 09/09/1899	Regula o Serviço de Introdução de Imigrantes no Estado
Lei 686 de 16/09/1899	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1900.
Decreto 714 de 07/10/1899	Autoriza a inauguração do novo abastecimento de água da cidade de Santos.
Decreto 708 de 18/09/1899	Dá regulamento para a instalação domiciliar de esgotos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 668 de 06/09/1899	Extingue o lugar de parteira enfermeira da Hospedaria de Imigrantes e dá outras providências.
Decreto 780 de 26/04/1900	Aprova o regulamento que com este baixa para a execução da Lei n. 665, de 06/09/1899. Regulamenta Escola Livre de Farmácia.
Lei 693 de 09/05/1900	Autoriza a abertura de um crédito suplementar de 120:000\$000 à Secretaria da Agricultura, para conclusão do Hospício de Alienados de Juqueri.
Lei 694 de 09/05/1900	Autoriza a abertura de um crédito especial de 550:000\$000 à Secretaria da Agricultura, para o Serviço de abastecimento de água na cidade de Sorocaba.
Decreto 782 de 15/05/1900	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 120:000\$000, para a conclusão do Hospício de Alienados de Juqueri.
Decreto 783 de 15/05/1900	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito especial de 550:000\$000, para ao serviço de abastecimento de água da cidade de Sorocaba.
Lei 709 de 27/08/1890	Autoriza a abrir, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 100:000\$000 para as obras de saneamento de Santos.
Lei 721 de 03/10/1900	Autoriza um crédito suplementar de 504:447\$555 à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para ocorrer às despesas com as obras de saneamento da cidade de Sorocaba.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 728 de 24/10/1900	Autoriza o Governo a reorganizar a Superintendência de Obras Públicas.
Lei 729 de 25/10/1900	Autoriza Governo a abrir, no presente exercício, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mais um crédito suplementar de 250:000\$000 para as obras de Hospício de Alienados de Juqueri.
Lei 758 de 17/11/1900	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1901.
Decreto 851 de 27/11/1900	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 100:000\$000 à obra da segunda parte do parágrafo 10º artigo 5º o orçamento vigente, para as obras de saneamento de Santos.
Decreto 838 de 03/12/1900	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 2500:000\$000 para as obras do Hospício de Alienados de Juqueri.
Decreto 854 de 03/12/1900	Abre um crédito suplementar de 504:447\$555 para as despesas com as obras de saneamento de Sorocaba.
Decreto 868 de 10/01/1901	Reorganiza a Superintendência de Obras Públicas de conformidade com a autorização da Lei 728 de 24 de Outubro último.
Decreto 878 de 23/02/1901	Declara sem efeito o Decreto n.204A, de 12 de Setembro de 1893, na parte em que desapropriou, na bacia do Ipiranga, 1.612.000 metros quadrados de terrenos pertencentes ao finado Felício Antônio Mariano Fagundes, e declara de utilidade pública, para serem desapropriados, 232.041 metros quadrados de terrenos, pertencentes aos herdeiros do mesmo finado, na bacia referida.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 878A de 23/01/1901	Dá organização ao Instituto Serumterápico.
Decreto 880 de 28/02/1901	Transfere para o exercício de 1901, os saldos existentes nos créditos para a instalação do Registro Público de Terras e para as obras de saneamento de Sorocaba.
Lei 767 de 27/05/1901	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria do Interior um crédito suplementar de 500:000\$000 à verba “socorros públicos” consignada na Lei do orçamento vigente.
Lei 778 de 28/06/1901	Extingue a secretaria do Estado dos negócios da Justiça e das outras providências.
Lei 787 de 15/07/1901	Autoriza o Governo a abrir o crédito necessário para ocorrer às despesas com as epidemias de Tietê, Iguape e Caconde.
Decreto 927 de 15/07/1901	Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito extraordinário de 24:085\$230 para ocorrer ao pagamento de despesas feitas com as epidemias de Tietê, Iguape e Caconde.
Decreto 927A de 26/07/1901	Abre à Secretaria de Estados dos Negócios do Interior um crédito extraordinário de 24:085\$230 para ocorrer ao pagamento de despesas feitas com as epidemias de Tietê, Iguape e Caconde.
Decreto 937 de 29/08/1901	Dá regulamento ao Hospício e Colônia Agrícola de Alienados de Juqueri.
Decreto 943 de 14/09/1901	Manda observar o regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios de Interior e da Justiça.
Lei 817 de 08/11/1901	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1902.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 982 de 07/12/1901	Dá regulamento para cobrança do imposto predial e taxa de esgotos no município da Capital.
Decreto 983 de 09/12/1901	Autoriza à Companhia de Estrada de Ferro de Araraquara a abrir ao tráfego público provisório o trecho de sua linha férrea entre Santa Ernestina e Ribeirãozinho.
Decreto 994 de 10/01/1902	Dá regulamento para execução das obras públicas do Estado.
Lei 826 de 22/08/1902	Autoriza a abertura de um crédito especial de seiscentos contos de réis de (600:000\$000) a Secretaria da Agricultura para ocorrer no presente exercício à execução do Serviço de esgotos da cidade de Santos.
Lei 841 de 03/09/1902	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 300:000\$000 para conclusão das obras ao Hospício de Alienados do Juqueri.
Decreto 1.053 de 10/10/1902	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Tesouro do Estado, o crédito suplementar de 300:000\$000 para conclusão das obras do Hospício de Alienados de Juqueri.
Decreto 1.070 de 20/11/1902	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, um terreno anexo ao Hospital de Isolamento, na cidade de Santos, para dependências do referido hospital.
Decreto 1.075 de 09/12/1902	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas o crédito especial de 60:000\$000 para ocorrer ao presente exercício do serviço de esgotos da cidade de Santos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 861A de 16/12/1902	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1903.
Decreto 1.077 de 23/12/1902	Cria a Comissão der Saneamento de Santos.
Decreto 1.094 de 21/01/1903	Modifica o § único, do artigo 2º, do Decreto n. 1.077, de 23 de Dezembro de 1902, que criou a Comissão de Saneamento de Santos.
Decreto 1.166 de 14/09/1903	Reorganiza a Repartição de Água e Esgotos.
Lei 872 A de 03/09/1903	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas o crédito da quantia de 75:114\$324 para pagamento de material para obras e abastecimento de água e rede de esgotos nas localidades do interior do Estado durante o ano de 1903.
Lei 896 de 30/11/1903	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1904.
Lei 897 de 30/11/1903	Dispõe sobre a Escola Livre de Farmácia.
Decreto 1.216 de 27/04/1904	Aprova e manda observar o regimento interno dos grupos escolares e das escolas modelo.
Lei 909 de 06/07/1904	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito da quantia de 1.240:890\$287 para ocorrer ao pagamento de salários a trabalhadores e outras despesas, inclusive o material destinado ao abastecimento de água e esgotos da Capital e interior.
Decreto 1.228 de 27/07/1904	Abre o crédito suplementar de 1.240:890\$287 para o pagamento de salários a trabalhadores, aluguéis, transportes e mais despesas, inclusive o material destinado ao abastecimento de água e esgotos da Capital e interior.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 936 de 17/08/1904	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano de 1905.
Decreto 1.253 de 28/11/1904	Aprova e manda observar o regimento interno dos grupos escolares.
Decreto 1.254 de 03/12/1904	Dá regulamento para a cobrança da taxa de esgotos na cidade de Santos.
Decreto 1.255 de 17/12/1904	Proíbe a entrada de Tracomatosos.
Decreto 1.275 de 15/03/1905	Abre crédito especial de 1.000:000\$000, para as despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.276 de 15/03/1905	Abre o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para despesas com as obras de construção do coletor geral e da nova rede de esgotos de Santos.
Decreto 1.294 de 19/07/1905	Aprova e manda observar o regulamento para o serviço de inscrição das amas de Leite na Capital.
Decreto 1.295 de 01/08/1905	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito de 300:000\$000 para a construção de barragens nos vales do Engordador e do Guaraú, para o aumento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.301 de 23/08/1905	Cria a Comissão de Obras Novas de Saneamento e Abastecimento de Águas da Capital e transfere para a Inspetoria de Estradas de Ferro e Navegação o Tramway da Cantareira.
Lei 954 A de 11/09/1905	Aprova o Decreto n.1.295 de 1º de Agosto de 1905, que abriu um crédito de 300:000\$000 à Secretaria da Agricultura.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.325 de 31/10/1905	Declara de necessidade pública para serem desapropriados pelo Estado, terrenos em Santos, necessários para o estabelecimento da estação das bombas de elevação dos esgotos de Santos.
Lei 969 de 01/12/1905	Autoriza a abertura de um crédito de 80:000\$000, à Secretaria da Fazenda, para pagamento de subvenção à Escola de Farmácia.
Lei 969 de 01/12/1905	Concede favores à Escola de Comércio e Escola de Farmácia desta capital.
Decreto 1.336 de 27/12/1905	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no município desta Capital e necessários para o aumento de seu abastecimento de água.
Lei 984 de 29/12/1905	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1906.
Decreto 1.342 de 22/01/1906	Abre o crédito especial de 150:000\$000, para as despesas com a turma de trabalhadores em serviço de extinção de gafanhotos.
Decreto 1.343 de 27/01/1906	Divide o território do Estado em distritos sanitários e dispõe a respeito da polícia sanitária.
Decreto 1.344 de 05/02/1906	Abre, à Secretaria da Fazenda, um crédito especial de 80:000\$000 para pagamento à Escola de Farmácia do restante da subvenção constante da Lei de orçamento do exercício de 1905.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.346 de 08/02/1906	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos adjacentes à linha adutora das águas do Cabuçú.
Decreto 1.349 de 23/02/1906	Dá regulamento às Leis ns. 522 de 26 de Agosto de 1897 e 979 de 23 de Dezembro de 1905, e consolida as disposições vigentes relativas ao serviço policial do Estado, às atribuições das respectivas autoridades e aos processos policiais.
Decreto 1.360 de 01/05/1906	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Tesouro do Estado, o crédito de 1.000:000\$000, para ocorrer às despesas com as obras dos esgotos de Santos.
Decreto 1.366 de 25/05/1906	Abre mais um crédito de 1\$000.000 para as despesas com o abastecimento de água da Capital.
Lei 995 de 13/08/1906	Aprova o ato do poder executivo pelo qual foi aberto um crédito de 500:000\$00, para as despesas com o serviço de colonização e imigração.
Lei 998 de 18/08/1906	Institui o “Montepio dos Magistrados”
Lei 997 de 20/08/1906	Muda para o de “Piracaia” o nome do município e comarca de Santo Antônio da Cachoeira.
Decreto 1.395 de 03/09/1906	Cria, na Diretoria do Serviço Sanitário, o serviço de profilaxia e tratamento do Tracoma.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.403 de 25/09/1906	Abre mais um crédito especial de 1.000:000\$000, para as despesas com as obras de abastecimento de água da Capital.
Lei 1.007A de 01/10/1906	Aprova o ato do Poder Executivo, constante do Decreto 1.342, que abriu o crédito de 150:000\$000, para as despesas com a extinção de gafanhotos.
Lei 1.007 B de 01/10/1906	Aprova o ato do Poder Executivo, constante do Decreto 1.389 de 14 de Agosto de 1906, que abriu à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito especial de 90:000\$000, para as despesas com a exploração dos rios Peixe, Ribeira e Juqueri-querê.
Circular de 22/10/1906	Cria a profilaxia escolar do Tracoma em São Paulo.
Lei 1.022A de 19/11/1906	Aprova os Decretos ns. 1398 e 1403, que abrem crédito no tesouro à Secretaria da Agricultura.
Decreto 1.421 de 21/11/1906	Abre um crédito especial de 767:150\$192, para as despesas com as obras de abastecimento de água da Capital.
Lei 1.033 de 17/12/1906	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a extinção de gafanhotos.
Decreto 1.423 de 19/12/1906	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, na forma da Lei, o lote n.22, da linha Dr. Bernardino de Campos, no Núcleo Colonial São Bernardo, de propriedade de Anielo Losco e necessário para o serviço de abastecimento de água à cidade de Santos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 1.038 de 19/12/1906	Dispõe sobre a organização municipal.
Lei 1041 de 22/12/1906	Autoriza o Governo a abrir, à Secretaria do Interior, dois créditos, sendo um de 200:000\$000, para aquisição do prédio onde funciona o Seminário das Educandas e outro de 190:000\$000, para despesas no Hospício.
Lei 1.038 B de 19/12/1906	Aprova o Decreto que abriu à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 767:150\$192, para despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Lei 1.045 C de 27/12/1906	Complementou as disposições fixadas pelo Decreto 1.255 de 17 de Dezembro de 1904, estabelecendo multas aos introdutores de imigrantes afetados de Tracomatosas.
Decreto 1.427B de 27/12/1906	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos adjacentes à linha adutoras das águas do Cabuçu.
Lei 1.059 de 28/12/1906	Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o exercício do ano financeiro de Primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1907.
Decreto 1.427A de 31/12/1906	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a extinção de gafanhotos.
Decreto 1.433 de 14/01/1907	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria do Interior, um crédito especial de 190:000\$000, para aumento da área da Colônia de Alienados de Juqueri.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.438 de 14/02/1907	Regulamento para a Colônia Correccional.
Decreto 1.439 de 15/01/1907	Aprova o regulamento do Laboratório Farmacêutico do Estado.
Decreto 1.442 de 20/02/1907	Abre o crédito especial de 2.000:000\$000, para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.453 de 05/04/1907	Abre crédito suplementar de 1.100:668\$606 para saldar o déficit unificado no exercício de 1906.
Decreto 1.455 de 10/04/1907	Abre à Secretaria da Agricultura o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para as obras de saneamento de Santos.
Decreto 1.457 de 10/04/1907	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pela Companhia Campineira de Água e Esgotos, terrenos pertencentes ao coronel Floriano Antônio de Moraes e a Ignácio P. da Silva.
Decreto 1.459 de 10/04/1907	Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o Estado, para o ano financeiro de 1°. De Dezembro de 1907.
Decreto 1.460 de 10/04/1907	Organiza o Posto Zootécnico Central na Capital do Estado.
Lei 1.069 de 09/08/1907	Autoriza o Governo a auxiliar com a quantia de 30:000\$000, as despesas da reunião do sexto Congresso de Medicina e Cirurgia nesta Capital.
Decreto 1.504 de 26/08/1907	Dá regulamento para o Hospício e Colônia Agrícola de Alienados de Juqueri.
Lei 1.077 de 31/08/1907	Aprova diversos Decretos do poder executivo sobre abertura de créditos à Secretaria da Agricultura.
Decreto 1.505 de 31/08/1907	Reorganiza o Diário Oficial do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.506 de 31/08/1907	Abre no Tesouro do Estado um crédito especial de 30:000\$000 para auxiliar às despesas da reunião do 6º Congresso de Medicina e Cirurgia, nesta Capital.
Lei 1.123 de 30/12/1907	Autoriza o Governo a mandar fazer o serviço de água e esgotos da cidade de Pirajú e a mandar construir um edifício, para grupo escolar, em Fartura
Lei 1.129 de 02/09/1907	Aprova os Decretos ns. 1501, 1514, 1519 e 1520, de 1907, relativos a créditos abertos à Secretaria da Agricultura, comércio e obras públicas.
Decreto 1.509 de 04/09/1907	Dá regulamento à Repartição de Águas e Esgotos, e cria o laboratório de análises químicas e bacteriológicas das águas de abastecimento, anexo.
Decreto 1.519 de 31/10/1907	Abre crédito especial de 4.000:000\$000, para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.521 de 07/11/1907	Declara extinta a Comissão de Obras Novas de Saneamento e Abastecimento de Água da Capital e providencia sobre a direção e fiscalização das obras ainda em andamento.
Decreto 1.530 de 20/11/1907	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos precisos para captação de água e respectiva adução à estação Ilha Grande, da Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 1.531 de 27/11/1907	Abre à Secretaria da Agricultura mais um crédito suplementar de 300:000\$000, para as obras de saneamento da cidade de Santos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 1.117 de 27/12/1907	Orçamento de 1908.
Decreto 1.551 de 27/12/1907	Declara de utilidade pública para desapropriação, terrenos no município de São Vicente destinados ao estabelecimento depurador dos esgotos de Santos e São Vicente.
Decreto 1.579B de 29/02 de 1908	Aprova os regulamentos e programas dos cursos de Zootecnia e Higiene Animal, Alveitaria e Laticínios, bem como as instruções para o funcionamento dos livros genealógicos “Stud-books” e “Herd-books”, das Escolas do Posto Zootécnico Central, conforme o determinado nos artigos 4º e 9º do Decreto n.1.460, de 10 de Abril de 1907, que organizou o aludido Posto Zootécnico.
Decreto 1.579C de 29/02/1908	Transfere para o exercício de 1908 o saldo do crédito especial à Secretaria da Agricultura, em 1906, para o serviço de extinção de gafanhotos.
Decreto 1.580 de 11/03/1908	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito aberto pelo Decreto n1. 433, de 14 de Janeiro de 1907.
Decreto 1.582 de 19/03/1908	Abre o crédito especial de 500:000\$000 para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.583 de 19/03/1908	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no alto da Mooca, destinados ao reservatório que servirá para o novo abastecimento de água do Belenzinho.
Decreto 1.589 de 08/04/1908	Manda anexar à Repartição de Água e Esgotos da Capital o serviço de conclusão das obras novas iniciadas pela comissão de Obras Novas de Saneamento e Abastecimento de Água da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.593 de 08/04/1908	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito suplementar de 1.000:000\$000, para as obras de saneamento da cidade de Santos.
Decreto 1.629 de 22/06/1908	Dissolve a Comissão de Profilaxia e Tratamento do Tracoma.
Decreto 1.611 de 12/05/1908	Abre o crédito especial de 500:000\$000, para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.640 de 23/07/1908	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para continuação das obras de saneamento da cidade de Santos.
Decreto 1.642 de 31/06/1908	Abre o crédito especial de 1.000:000\$000, para a continuação das obras do saneamento e abastecimento de água da Capital.
Lei 1.129 de 02/09/1908	Aprova os Decretos ns. 1.501, 1.514, 1.519 e 1.520, de 1907, relativos a créditos abertos à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas.
Decreto 1.659 de 12/09/1908	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, na forma da Lei, o lote rural n. 12, da linha Dr. Bernardino de Campos, do ex-núcleo colonial de São Bernardo, de propriedade de Eduardo Todtli e necessário para o serviço de abastecimento de água à cidade de Santos.
Decreto 1.678 de 30/10 de 1908	Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito suplementar de 150:000\$000 para ocorrer as despesas referentes ao sustento e vestuário dos doentes recolhidos ao Hospício de Alienados.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.687 de 23/12/1908	Abre mais um crédito de 200:000\$000, suplementar à verba do § 8º artigo 6º do Orçamento vigente.
Decreto 1.688 de 23/12/1908	Abre mais um crédito especial de 400:000\$000, para as despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Lei 1.160 de 29/12/1908	Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1909.
Lei 1.163 de 30/12/1908	Concede subvenção para a fundação de sanatórios destinados ao tratamento de tuberculosos.
Decreto 1.618 de 23/03/1909	Retificando o Decreto n. 1.583 de 19 de Março de 1908, declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no alto da Mooca, destinados ao reservatório que servirá para o novo abastecimento de água do Belenzinho.
Decreto 1.729 de 27/04/1909	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito suplementar de 1.000:000\$000, para as obras de saneamento da cidade de Santos.
Decreto 1.751 de 15/07/1909	Declara de utilidade pública para ser desapropriado pelo Estado o prédio n.45 da Rua de Santo Antônio, em Santos, necessário para o saneamento do beco 24 de Maio e reconstrução das galerias pluviais e dos esgotos que passam por baixo do referido prédio.
Lei 1.167 de 27/09/1909	Autoriza a abertura de um crédito especial de 120:000\$000, para conclusão de obras do Hospício de Alienados de Juqueri.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.781 de 29/10/1909	Créditos Suplementares.
Decreto 1.798 de 22/11/1909	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 120:000\$000, para conclusão de obras do Hospício de Alienados de Juqueri.
Lei 1.134 de 07/10/1908	Regula o exercício das profissões de farmacêutico, dentista e parteira.
Decreto 1.803 de 17/12/1909	Abre mais um crédito especial de 150:000\$000, para as despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.804 de 17/12/1909	Declara de utilidade pública o lote rural n.29, da linha Dr. Bernardino de Campos, do ex-núcleo colonial S. Bernardo.
Lei 1.190 de 22/12/1909	Cria a “Caixa Beneficente dos funcionários Públicos” do Estado de São Paulo.
Lei 1.197 de 29/12/1909	Orça a receita e fixa despesa para o exercício de 1910
Decreto 1.852 de 06/03/1910	Declara de utilidade pública, para desapropriação o terreno com área de 3651 metros quadrados, necessário ao serviço de abastecimento de água à estação Guaíra, na Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 1.874 de 18/05/1910	Abre um crédito de 1.000:000\$000 suplementar à verba do §9º artigo 6º do orçamento vigente, para as despesas com as obras de desenvolvimento de esgotos da Capital.
Decreto 1.884 de 07/06/1910	Reorganiza a Secretaria do Interior e dá-lhe regulamento.